

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PEC 013, DE 2021, DO SENADO FEDERAL, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DETERMINAR QUE OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS, BEM COMO SEUS AGENTES PÚBLICOS, NÃO PODERÃO SER RESPONSABILIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO, NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2020 E 2021, DO DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2022**

(Do Sr. TIAGO DIMAS)

Requer a realização de audiências públicas para discussão da PEC nº 13/2021, que altera o ADCT para determinar que excepcionalmente, os entes subnacionais e seus gestores não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema a da PEC nº 13/2021, que altera o ADCT para determinar que excepcionalmente, os entes subnacionais e seus gestores não poderão ser responsabilizados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do art. 212 da Constituição Federal.

Para tanto, sugere-se que o debate envolva atores relevantes para o aprofundamento do tema, que tomamos a liberdade de sugerir, sem prejuízo de acréscimos por parte das Sras. e Srs. membros da Comissão Especial.



**1ª Mesa****Frente Nacional dos Prefeitos (FNP)****Confederação Nacional dos Municípios(CNM)****Associação Brasileira de Municípios (ABM)****Fórum dos Governadores****2ª Mesa****Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)****União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
(UNDIME)****Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação  
(CNTE)****Ministério da Educação (MEC)****JUSTIFICAÇÃO**

A pandemia causada pelo coronavírus teve impactos severos sobre todas as áreas de atuação dos Poderes Públicos.

A reorganização dos sistemas para enfrentar os desafios de atendimento aos educandos de forma não presencial e, num segundo momento, o aumento da arrecadação, tornou mais complexo o atendimento do mandamento composicional referente à vinculação de recursos de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos anos de 2020 e 2021.

Essa situação atípica deve ser enfrentada – sem criar precedentes. A PEC nº13/2021, cujo relatório que chega para apreciação na Câmara foi resultado de um louvável esforço de entendimento no Senado Federal, propõe uma possível solução. É para debatê-la que sugerimos essas duas mesas em audiência pública, com atores que esclarecerão os parlamentares acerca dos vários ângulos da questão.



Sala da Comissão, em        de        de 2022.

Deputado TIAGO DIMAS

2022-1545



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tiago Dimas  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD220902722800>

